

A CIDADE QUE NÃO AMAVA AS MULHERES: A INSEGURANÇA URBANA E A PERCEPÇÃO FEMININA SOBRE O ESPAÇO, UM CASO NA CIDADE DE JOINVILLE – SC.

Ciências Sociais Aplicadas.

Marcelly Lobao Silva¹; Msc. Dalila Roggia Zanuzo² (orientadora); Msc. Marco Aurelio Chianello³ (orientador)

¹Sociedade Educacional de Santa Catarina, cellylobao2011@gmail.com

²Sociedade Educacional de Santa Catarina, dalila.zanuzo@unisociesc.com.br

³Sociedade Educacional de Santa Catarina, marco.a.chianello@unisociesc.com.br

Introdução

No início da Revolução Francesa os nomeados urbanistas pela Cerdá não previam a crise econômica que iria recair sobre a Europa e, com elas, questões de saúde pública levaram a se repensar no planejamento das cidades. Podemos dizer que as cidades são o principal palco das relações de interação social, contudo, de lá até aqui o individualismo presente na construção do urbanismo dificulta a transição e a permanência de principalmente mulheres em espaços públicos. Teóricos como Jane Jacobs, Madariaga, Jan Gehl discutem a décadas sobre como a segurança urbana é um fator primordial a ser considerado no planejamento das cidades. A perspectiva de gênero aplicada para o urbanismo, é uma via de alcance a uma possível sensação de segurança e conforto que tantas mulheres buscam e que a urbanista *Eva Kail* vem executando em Viena desde os anos 90. A partir disso, utilizando dados dos nomes do urbanismo, mas também de programas de planejamento de gênero será possível realizar um estudo de caso sobre a maior cidade do Estado de Santa Catarina, e seus entornos influenciam na percepção de segurança feminina.

Metodologia

As cidades foram planejadas conforme a necessidade da urbanização da sua época, muitas tiveram um aumento significativo em pouco tempo causando uma falta de estruturação a longo prazo. Mesmo que esse seja um dos motivos do conceito do planejamento urbano que é a implementação de pensamentos e soluções a longo prazo com uma visão dinâmica lá na frente, podendo assim zerar os problemas por alguns anos mas também podendo causar novos problemas se não for realizado de forma correta. Entende-se que os deslocamentos que são realizados na cidade por sua população envolvem diversas decisões como para onde/devo ir, como vou chegar até lá, se é seguro e acessível e quanto tempo vai levar para chegar. Cada município busca saídas diferentes para a mesma problemática, contudo as formas de ver e a cultura do local influenciam na tomada das decisões. O planejamento urbano vai além de encontrar formas de circular pela cidade, é bem mais que apenas delinear vias e modificá-las, pois isso influencia diretamente a população e seus estilos de vida que são diversos, mas também acaba sendo uma forma de segregação espacial. Medina at al (2020) relata que nenhum usuário da cidade deveria ter medo de caminhar nas ruas simplesmente por ser quem é. Mas não funciona desta forma, já que a violência contra as mulheres não ocorre apenas nas ruas, dificultando o seu direito de ir e vir, mas também de realizar simples deslocamentos. Vale ressaltar que este tópico está sendo retratado aqui pois entende-se que a segurança pública tanto dentro de casa quanto fora, é um problema da cidade e por isso deve ser analisado quando busca-se informações referentes ao contexto urbano. Trazer a percepção feminina para o planejamento urbano, é uma via para iniciar a busca para uma cidade equitativa que vise as necessidades de todos os seus habitantes sejam eles mulheres, homens, crianças, idosos, pessoas com baixa mobilidade e deficientes físicos. Após pesquisas realizadas em Madri na Espanha sobre a mobilidade de gênero, foi notado que mulheres são responsáveis por grande parte dos trajetos realizados para responsabilidades domésticas e cuidados como: compras diárias, lazer, manutenção, recreação, idas ao hospital. Madariaga (2013) define esses trajetos como mobilidade do cuidado, por meio deste conceito é possível tornar visível e valorizar de forma adequada as viagens que são realizadas para as tarefas domésticas e o cuidado. Cada dia aumenta a quantidade de carros e motocicletas nas ruas, sendo perceptível a diminuição de bicicletas e linhas de ônibus principalmente no período noturno, consequentemente a isso a mobilidade urbana se molda a partir da sua população acaba dando prioridade a apenas uma classe da cidade e diminuindo ainda mais o pouco direito de ocupar a cidade que ainda sobra para as classes vulneráveis, que habitam em bairros mais afastados sem acesso a espaços e serviços públicos.

Resultados

Marques (2017) relata que a insegurança urbana atinge homens e mulheres de maneiras diferentes, para as mulheres as questões de maior relevância estão associadas às violências físicas e contra a dignidade (estupro, assédio), enquanto para os homens o tipo de insegurança que prevalece está relacionado com o patrimônio (roubos e furtos). De acordo com as estatísticas apresentadas pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina - SSPSC, entre os dias 01 de janeiro á 28 de fevereiro ocorreram cerca de 9 casos de feminicídio e 205 ocorrências de estupro em Joinville. Se contarmos com os dados disponibilizados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC somente no mês de dezembro de 2022 constavam com 7 processos de feminicídio e 1.113 processos de violência doméstica. Devido a esses números é importante que coloquemos em nosso radar questões ligadas à segurança da mulher dentro e fora de suas casas. A Constituição Federal Brasileira exemplifica que a segurança pública é um direito fundamental e condição essencial para o exercício pleno da cidadania, com liberdade, equidade racial e de gênero; paz e valorização da vida e do meio ambiente. Para um melhor entendimento do usuário, em Abril deste mesmo ano houve uma pesquisa via questionário de forma online para toda a população Joinvilense. Dentre os 87 participantes, 81,6% eram do gênero feminino, com idades entre 21 a 25 anos (50,6%). Ao serem questionados, se eles se sentiam seguros realizando trajetos a pé na cidade de Joinville, em uma escala gráfica de 1 a 10; os dados mais relevantes ficaram entre 3 a 8. Referente a quais itens dão uma percepção de segurança, as respostas foram diversas mas acabavam retornando para alguns itens: Iluminação, circulação de pessoas, permeabilidade visual, rondas policiais, acessibilidade, presença de mulheres, boa infraestrutura, conexão dentro e fora. Agora, em relação ao contrário, o que lhes davam medo e insegurança os maiores números listados foram: falta de iluminação (93,1%), rua/prça pouco movimentada (80,5%), pessoas em situação de rua (52,9%) e muros altos (43,7%).

Conclusões

O estudo não aprofundado do local e de seus moradores pode causar problemas em relação a segurança e ao pertencimento do usuário a cidade, já que os munícipes ao ocupar os espaços públicos encontram dificuldades em relação a falta de iluminação adequada, a visibilidade, mas também ao uso coletivo. Se considerarmos neste momento o período noturno, em áreas centrais como na cidade de Joinville/SC encontramos em suma maioria comércios diurnos. Causando assim uma pouca movimentação de pedestres nas vias e consequentemente a falta de vida noturna tornando-se um grande deserto. É necessário pensar em cidades para mulheres, porque planejando para elas estamos também recrutando todos os seus dependentes. O objetivo de realizar a integração de gênero no desenvolvimento urbano é que seja dado o devido alerta para as desigualdades sociais sofridas entre os gêneros, mas também entre as idades, e buscar extingui-las em todas as áreas, seja durante as etapas de planejamento ou no momento de tomada de decisão.

Bibliografia

[s.n.], The United Nations Human Settlements Programme - UN Habitat. Mobility Of Care Ines Sanchez de Madariaga. Acesso em: 16 abr. 23. Disponível em: <https://unhabitat.org/mobility-of-care-ines-sanchez-de-madariaga>.
MARQUES, S. D. (2017). Cidade, serás feminista! In Koet, V.; Marques, H. D. & Cerqueira, J. T. (Org.) Direito à Cidade: uma visão por gênero (Cap. 11, pp. 78-86). São Paulo: IBDU
JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
KIPNIS, Kpnis; LEESER, Thomaz [Org.].
GEHL, J., Cidade para pessoas. Tradução: Anita DiMarco. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014

Apoio Financeiro: O trabalho teve a concessão de Bolsa pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) no Artigo 171.